

La Sauvagerie maternelle

Dufourmantelle, A.

Paris, France: Payot & Rivages, 2016.

O SILÊNCIO E A PROMESSA ENTRE MÃES E FILHOS

Ana Beatriz Novelli
Eliana Lazzarini

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v22i3p597-603>.

O livro *La Sauvagerie maternelle* (2016), escrito pela psicanalista e filósofa francesa Anne Dufourmantelle, é uma reimpressão do ensaio de mesmo nome publicado originalmente no ano 2000 pela editora francesa Calmann-Lévy, ainda inédito no Brasil. Trata-se do primeiro texto psicanalítico da autora, falecida precocemente aos 53 anos, em julho de 2017, ao tentar salvar duas crianças de um afogamento na praia de Pampelonne, no litoral da França. As duas crianças foram resgatadas sem nenhum ferimento.

Dufourmantelle, psicanalista, membro do *Le Cercle Freudien*, em Paris, e do *Après-Coup Psychoanalytic Association*, em Nova Iorque,

■ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília e pesquisadora do Grupo de Atendimento e Estudos Psicanalíticos em Transtornos Alimentares do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, DF, Brasil.

■ ■ Professora adjunta do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, DF, Brasil.

fez sua formação universitária em Filosofia e escreveu ensaios e livros cujos temas circulam entre o amor, a feminilidade e a constituição psíquica. Amiga de Jacques Derrida e Avital Ronell, lançou entrevistas com ambos os filósofos. Seu primeiro título em psicanálise, reimpresso pela editora Payot & Rivages, hoje por ser interpretado como prenúncio do seu legado bibliográfico – é um ensaio sensível sobre o processo de constituição psíquica do sujeito, percorrendo o tempo e espaço norteados pelo inominável e o não-dito. Alguns de seus livros mais recentes são *Éloge du risque* (2014) e *Défense du secret* (2015), ambos sem tradução para o português.

O livro é dividido em sete capítulos. São eles: “Juramentos”, “Cinco contos”, “O espaço interior”, “Violências”, “Paixão e fatalidade”, “Criação e terror” e, por fim, “Abandonados”. Os capítulos envolvem o leitor na descrição de contos clínicos enquanto bordejam a ideia da “selvageria materna”. A autora faz nota sobre a escolha do termo “conto” (*récit*), no lugar de “caso” clínico. Segundo ela, “prefiro o termo ‘conto’ [*récit*] ao de ‘história’ [*histoire*] ou de ‘caso’ [*cas*], pois a descrição de casos clínicos é muito problemática” (p. 23). Continua, dizendo que os contos que ilustram suas exposições teóricas são “reescritos de maneira intencionalmente infiel, mas seguem, eu espero, o rigoroso fio que conduz uma análise aos encontros e reencontros do desejo de estar vivo” (p. 23).

Os títulos dos capítulos servem como palavras-guia que organizam a ideia de “selvageria materna” da qual fala o título da obra. A selvageria materna entrelaça os capítulos sem que seja necessário formalizar objetivamente seu significado enquanto conceito único. A leitura, apesar de exigir noções específicas enquanto faz uso do vocabulário psicanalítico, não compõe instruções diretivas sobre o agir psicanalítico ou descrições de situações clínicas fechadas nas quais o conhecimento desenvolvido durante a obra pode ser aplicado.

Segundo a autora, todas as mães são selvagens. Selvagens, pois a primeira conexão entre mãe e bebê é de um espaço fora da palavra, fora da ordem simbólica de organização da fala. Dufourmantelle (2016) comenta

que esse espaço-tempo é a “matriz de todo enlace humano . . . que resulta na própria possibilidade de dizer ‘eu’ e ‘tu’” (p. 13). Sem essa selvageria, na qual há risco tanto de vida quanto de morte, existe o perigo do movimento de uma melancolia na mãe, em que “a mãe não está nem ausente nem presente” (p. 52). Nesse caso, a existência da mãe e da criança pendem para o lado da morte, caminho que ressoa por entre o discurso e as repetições descritas pela autora nos contos clínicos. A selvageria materna, então, não é algo a ser evitado ou temido. Ela delimita uma presença materna e é necessária para a constituição psíquica do sujeito.

O que pode a psicanálise fazer quando essa ligação toma rumos de morte? Segundo a autora, a psicanálise pode oferecer a um sujeito “tornado cúmplice de um trauma intolerável, sem qualquer possibilidade de testemunho” (Dufourmantelle, 2016, p. 13) um caminho de volta para esse lugar fora das palavras, onde “a ferida de um primeiro abandono se fechou sem permitir a recepção de um vínculo vivo de amor” (p. 13). Ainda de acordo com a autora, a psicanálise, que caminha do lado da vida, permite que o sujeito volte ao espaço no qual foi tornado cúmplice de um trauma insuportável, sem possibilidade de inscrição, e consiga por fim perceber que a morte e a vida, juntas, animam um movimento de metamorfose. Essa metamorfose aparece vinculada à continuidade da vida, pois a autora

indica que a própria possibilidade dos desfechos em seus contos (*révits*) existem por estarem dentro de um “território vivo” (p. 68). O livro relata nos contos (*révits*) os efeitos desse lugar, vivenciado por analisando enquanto crianças, que se fossilizou. A questão da selvageria materna parece se referenciar muito mais em seus efeitos no sujeito, no só depois de sua constituição, do que na experiência da mãe em seu lugar materno. Desse modo, a selvageria materna parece ser algo do qual se está sujeito à, no sentido de estar submetido a ela, e não ser sujeito dela, no sentido de agente da selvageria materna.

O tempo-espaço no qual se desenvolve essa primeira ligação entre mãe e bebê é anterior aos tempos do Édipo. Em “Sobre a sexualidade feminina”, de 1931, Freud (1931/2010) menciona uma pré-história edípica, que seria a primeira ligação da menina com a mãe. Segundo o autor, é um período “difícil de apreender analiticamente, bastante remoto, penumbroso, quase impossível de ser vivificado, como se tivesse sucumbido a uma repressão particularmente implacável” (Freud, 1931/2010, p. 374). Dufourmantelle (2016) oferece uma descrição parecida. Segundo ela, a selvageria materna não é um tempo, mas, principalmente, um “espaço psíquico” (p. 29). A autora ainda comenta que a selvageria materna é

um núcleo inquebrável, incognoscível, se transmite de mães para filhas e

de mães para filhos, como um juramento oculto, como uma promessa mortal, porém viva, que cava o espaço psíquico bem antes do Édipo, bem antes que a lei possa penetrar nesses territórios de segredo, bem antes que a palavra possa “civilizar” a criança (p. 29).

Enquanto Freud descreve esse espaço apenas na relação entre mãe e filha, Dufourmantelle estende também para mãe e filho, retirando a especificidade do sexo anatômico feminino. Se a mãe é objeto primordial de todos os sujeitos, faz sentido pensar na selvageria materna tanto para meninos quanto para meninas.

A selvageria se relaciona com um momento primitivo do sujeito em relação a sua mãe e ao mundo, pois o bebê ainda não possui o instrumento da mediação simbólica implicada pelas palavras. Além disso, não há experiência prévia de descontinuidade entre mãe e bebê do ponto de vista do bebê. De acordo com a autora, essa violência primitiva e inicial cria a própria possibilidade da quebra entre os dois. Desse rompimento advém o espanto, estupor e a asfixia, que só podem ser suportados pelo bebê se alinhavados por meio do simbólico que a mãe oferece concomitantemente por sua voz. Dufourmantelle (2016) afirma que “a lacuna bruscamente aberta entre a continuidade de sopros e peles é onde se enfiam o mundo e a consciência do mundo” (p. 100) e, ainda, que “o materno é a passagem do murmúrio à voz” (p. 24).

Após a percepção radical pelo bebê do espaço existente entre ele e sua mãe, ou seja, do espaço entre ele e o mundo, é necessário que a voz materna possa costurar de volta os pedaços de carne que ficaram escancarados aos olhos do próprio sujeito. A autora trabalha na perspectiva de que o bebê, mesmo antes da linguagem, já é considerado sujeito, na medida em que é necessário que seu lugar, enquanto tal, seja prometido e esperado, uma aposta (Dufourmantelle, 2016, p. 29). Dessa forma, é preciso que o bebê seja convocado, chamado em vida, posto em um lugar Outro que não do objeto de gozo exclusivo da mãe. Dufourmantelle (2016) coloca que “somos de imediato inscritos na promessa de sermos seres da linguagem. Prometidos ao Outro de quem herdamos múltiplas promessas que já foram pronunciados em nosso lugar, em nosso nome, antes mesmo de nosso nascimento” (pp. 58-59). Essas promessas contam sobre um lugar já desenhado para o sujeito, no qual ele se submete para depois se desvencilhar. Contudo, se as promessas forem proferidas, mas seu conteúdo silencioso, o que se passa entre mãe e filho? Se a mãe subitamente se silenciar, como dar conta desse silêncio mortífero que se estabelece no espaço que acompanha a convocação de um sujeito?

Esse silêncio é anterior ao uso da palavra e por isso não pôde ser nem reprimido nem restituído. Assim como coloca Lacan em *O seminário, livro 5*, o bebê se relaciona em um primeiro tempo “não com a mãe, como se costuma dizer, mas com o desejo da mãe. É um desejo de desejo” (1999, p. 205). É nesse silêncio inquebrável que se estabelece o vínculo entre a mãe e o sujeito nos contos clínicos

trazidos pelo livro. O silêncio permanece como testemunha desse momento que não pôde ser concluído. Afinal, onde estava a mãe que começou a alinhar os fios endereçados ao bebê, mas que, por algum motivo, não os manteve? Se o silêncio foi testemunha desse espaço, então é ele o convocado no lugar do sujeito, que repete as promessas proferidas antes dele de modo a assegurar a existência viva da mãe que um dia começou a convocá-lo, mas não conseguiu terminar sua tarefa. Nesse caso, o silêncio é a prova necessária para o sujeito de que houve desejo, mesmo que inicial e muito difuso. Foi isso que propiciou – e ainda propicia – a existência.

A selvageria materna, tão próxima da morte quanto da vida, mostra então seu lado mais mortífero. Nos capítulos “Violências” e “Paixão e fatalidade”, a autora comenta sobre situações que colocam o sujeito que está à beira da morte na expectativa de reavivar os laços da vida, em repetições perigosas que colocam em jogo o caráter paradoxal da pulsão de morte. Enquanto destruição, a pulsão de morte tem o poder de oferecer um “gozo de desaparecimento” (Dufourmantelle, 2016, p. 116). Entretanto, em *O seminário, livro 7*, na lição de 4 de maio de 1960, Lacan já indica que a pulsão de morte serve a Outro propósito. “Vontade de destruição. Vontade de recomençar com novos custos. Vontade de Outra-coisa, na medida em que tudo pode ser posto em causa a partir da função do significante” (2008, p. 254). A pulsão de morte, enquanto destruição, aproxima o sujeito de um novo começo. Nesse mesmo sentido, Green (1994) indica a relação entre corpo materno e criação em seu texto “A reserva do incriável”.

Entre alguns exemplos, encontra-se Sarah, mulher que buscava sem cessar um prazer que a aniquilava como sujeito ao se colocar na posição de quase-objeto na procura de um gozo masoquista. Ou também Malika, mulher que perdeu a mãe aos quatro anos e que passava fome desde então. De todos os contos clínicos recontados, apenas uma variável aparece de forma persistente – a morte. São histórias passadas em contextos de violência e de separações, vividos por mães e transmitidos aos

filhos por meio do silêncio. O livro evidencia a importância do efeito transgeracional das marcas deixadas pela inserção do bebê na linguagem.

Nesse sentido, a autora se pergunta até as últimas páginas o que acontece “quando o primeiro cuidado da mãe de envolver o bebê por gestos, pela voz, pelo amor, não é mais assegurado e a pele representa nada mais do que carne inabitada. O que se torna o laço mãe-bebê?” (p. 239). Quando o sujeito no bebê não é mais suposto pela mãe, o que acontece? A ligação mais natural e primitiva entre mãe e bebê é animal. Lacan, ainda comenta que o instinto primitivo materno, aquele próprio aos animais, é a “reintegração oral” (1999, p. 210) de seu produto, tanto é que a mensagem de proibição “não reintegrarás teu produto” (p. 209) concerne à mãe e não à criança – o aniquilamento. Dufourmantelle (2016) comenta que, sem voz e sem possibilidade de traduzir o mundo por meio de sua própria criação, “a criança é confinada no interno da custódia – se assim podemos dizer – de uma palavra matriz” (p. 236). Matriz, não podemos esquecer, significa, tanto em português quanto em francês, o útero. Dufourmantelle indica que uma saída possível é a criação de uma “língua dentro de língua” (p. 237), uma linha-língua. Outra, algo que sai da esfera materna para a esfera da cultura, do Nome-do-Pai.

A selvageria materna pode ser vivida de diversas maneiras por mães e filhos. Assim, esse tempo-espaço se mostra no só depois. Talvez por isso

todos os contos de casos do livro sejam referenciados a adultos e não a crianças. A autora mostra em seus contos (*écrits*) que é possível retornar e recosturar esse lugar do não-dito e silêncio, mas aponta que há nesse silêncio algo de testemunhal, de prova da existência de vida da ligação entre mãe e bebê. Há uma dimensão profunda e fundante daquilo que não foi dito e, no entanto, é, ainda assim, transmitido.

Dufourmantelle (2016) expõe que “o juramento feito pela mãe-matriz a sua criança é: você sempre retornará a mim, pois você não é outro senão eu. Você me deve a vida, isto é, sua vida” (p. 251). Desse modo, a autora indica que se trata de algo referente à indiferenciação entre mãe e criança, em que ela é chamada sempre de volta ao lugar de onde veio, o começo de tudo, ao nó indiferenciável de antes da linguagem. A autora argumenta que “toda mãe é selvagem, assim como todo nascimento chama um outro nascimento”, e continua:

para cada ser humano que escolhe a vida em vez da morte, a escolha aparecerá uma segunda vez. E o mundo materno, matriz, não será de nenhuma assistência, exceto ao peso do que a mãe abriu ou preveniu, acompanhou ou proibiu, significou ou traiu, na primeira vez, ao dar vida a sua criança (p. 262).

A autora conclui que se pode nascer muitas vezes. Todavia, tanto a vida quanto a morte sempre se referenciarão no primeiro espaço-tempo materno fundador. Ao analista, a

autora indica que há espaço para escutar as palavras ditas e apontar os juramentos, os silêncios, as repetições mortíferas do analisando, que circunscvem esse espaço. Segundo Dufourmantelle (2016), é preciso “deixar o medo, abandonar o abandono que já aconteceu” (p. 272) e seguir em frente.

A transmissão da ideia de “selvageria materna” passa por toda a obra. Ao final, o livro propõe uma escuta analítica voltada a esse espaço primeiro de vínculo entre mãe e bebê, argumentando que é dele e por causa dele que muitas repetições e atos mortíferos são difíceis de serem ultrapassados em análise. É um livro estimulante e intrigante sobre a constituição psíquica do sujeito. ■

REFERÊNCIAS

- Freud, S. (2010). Sobre a sexualidade feminina. In S. Freud, *Sigmund Freud: obras completas* (P. C. Souza, trad., Vol. 18, pp. 371-298). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Texto original publicado em 1931)
- Lacan, J. (2008). A pulsão de morte. In J. Lacan, *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1986* (A. Quinet, trad., pp. 247-260). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente 1957-1958* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Green, A. (1994). A reserva do incriável. In *O desligamento: psicanálise, antropologia e literatura*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

novelli.anabeatriz@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro –
Instituto de Psicologia
70910-000 – Brasília, DF – Brasil.

elianarl@terra.com.br
Campus Universitário Darcy Ribeiro –
Instituto de Psicologia
70910-000 – Brasília, DF – Brasil.

Recebido em setembro/2017.

Aceito em dezembro/2017.